

PERFIL DA JUVENTUDE BRASILEIRA: QUESTÕES SOBRE CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

PROFILE OF BRAZILIAN YOUTH: QUESTIONS ABOUT POLITICAL CULTURE AND DEMOCRATIC PARTICIPATION

Paulo J. Krischke*

RESUMO

Este texto levanta questões para formulação de hipóteses, acerca das possíveis mudanças, e características atuais da cultura política dos jovens no Brasil, tendo em vista a análise dos dados de uma pesquisa nacional por “survey”, intitulada “Perfil da Juventude Brasileira” -- realizada em novembro de 2003, pelo Instituto Cidadania de São Paulo. Essa discussão será feita aqui, à luz dos resultados e interpretações de outras pesquisas anteriores, também realizadas por “survey”, sobre cultura política, e sobre a juventude, tanto no Brasil como no exterior. O texto consta de duas partes, a primeira examinando a adesão (ou não adesão) dos jovens à democracia, através dos indicadores e interpretações convencionais da participação política. A segunda parte considera outros dados e análises menos convencionais sobre a participação política, centrados na adesão a valores, práticas associativas, e outras orientações e atividades emergentes entre a juventude. O texto será publicado em livro co-editado pelo Instituto Cidadania e a Fundação Perseu Abramo, organizado por Helena Wendel Abramo e Paulo Martoni Branco, sob o título (provisório) “Retratos da Juventude Brasileira”.

Palavras-chave: Juventude; cultura política; participação democrática; orientação valorativa e associativa; práticas não-convencionais.

ABSTRACT

This article raises questions for the formation of hypotheses about the possible changes and present features of youth political culture in Brazil. It is aimed at preparation for an analysis of the data of a national survey (“Profile of Brazilian Youth”) undertaken by the São Paulo “Instituto Cidadania” in November 2003. It is intended that the analysis should take into account the results and interpretations presented by previous surveys of youth political culture, both in Brazil and abroad. The first part of the article examines the Brazilian youth’s commitments (as well as lack of commitment) to democracy, through indicators and interpretations, of conventional political participation. The second part considers other data and interpretations of political participation, which are held to be unconventional. The latter include the value-orientations and associational practices of the youth. The text will be included as a chapter of the book “Retratos da Juventude Brasileira” (provisional title) co-edited by Helena Wendel Abramo and Paulo Martoni Branco for the “Instituto Cidadania” and “Fundação Perseu Abramo”.

Keywords: Youth; political culture; democratic participation; value-orientations and associations; unconventional practices.

Introdução

A importância dos estudos sobre cultura política está nas evidências que podem proporcionar acerca da disposição das pessoas a apoiarem o regime democrático, apesar das eventuais decepções acerca deste ou daquele partido ou governante de turno – além de outras circunstâncias e condições que podem (ou não) afetar a sua adesão à democracia. Infelizmente, muitas vezes há um certo determinismo ou linearidade nesses estudos sobre a cultura política, pretendendo por exemplo que os processos de democratização sejam inexoráveis ou irreversíveis – como se lhes coubesse seguir a mesma trajetória de modernização (hoje diríamos “globalização”) trilhada pelos países centrais do ocidente.

O tema da participação política dos jovens não é uma exceção nesse quadro, antes ao contrário. (Edmunds e Turner, 2002) Muitas vezes os pesquisadores e as lideranças investem na juventude expectativas de mudança extraídas de outros contextos, que não condizem com a trajetória histórico-cultural do país, nem com os incentivos e condições abertos à sua participação. Contudo, esta sobrecarga de expectativas acerca da adesão da juventude à democracia talvez seja mais compreensível que aquela linearidade que muitos estudos atribuem aos processos de democratização. Pois o ingresso dos jovens no eleitorado e na atividade produtiva manifesta uma renovação demográfica constante e crescente, que às vezes pode desafiar o conjunto da população, e das instituições que devem reger o presente e o futuro do país.

Por exemplo, dados oficiais do governo e da UNICEF apontam o Brasil como um dos países onde há mais assassinatos de jovens, com relação ao número de habitantes, sendo as vítimas principalmente homens de baixa renda, com idade ao redor dos vinte anos. Sem querer endossar a ênfase sensacionalista posta usualmente nesses fatos pela imprensa, é fácil presumir que essa criminalidade relaciona-se com a carência de oportunidades de integração sócio-econômica e político-cultural para a juventude. E devemos logo lembrar que não cabe “culpar as vítimas” por essas carências. Como recorda Rodrigo Baño, sociólogo chileno estudioso da juventude e da cultura política, os jovens tanto retratam como respondem à sociedade em que vivem:

Para as novas gerações o mundo aparece cada vez mais como pré-definido, fechado e ocupado. Isto possivelmente incide no processo de socialização com determinadas

questionário da pesquisa. Já veremos adiante outros dados e indicadores que nos permitem avaliar melhor a qualidade dessa adesão à democracia.

Em todo caso, a Tabela 1 sugere uma preferência crescente da juventude pela democracia entre 1989 e 1993, e uma relativa estabilidade dessa preferência nos dados de 1993 e 2003.³ Portanto, o índice de adesão da juventude à democracia não parece estar crescendo como se esperava na década passada. Mesmo assim, é muito importante constatar que cerca da metade dos jovens brasileiros prefere a democracia a qualquer outro regime de governo. E é importante também constatar que isso já tem ocorrido há cerca de dez anos, com variações circunstanciais. Mas logo surgem as perguntas: Podemos talvez dizer que logo teremos uma segunda geração de jovens, que em sua maioria optam pela democracia (ainda que de modo ocasional ou circunstancial)? Quais as razões que os levam a essa preferência? Quais os conteúdos, definições e atividades práticas que relacionam com essa preferência?

Mas antes de examinar como Moisés (1995) enfrentou esses pontos, precisamos assinalar outra dúvida, que discutiremos depois: Se na Tabela 1 constatamos que cerca da metade da juventude mostra preferência pela democracia, também temos de perguntar “qual a preferência da outra metade”? Usando uma grosseira metáfora, podemos perguntar: a adesão à democracia retrata “um copo (ainda) vazio pela metade, ou (já, estavelmente) cheio pela metade” ?

Ao apresentar seus dados de 1989 e 1993, Moisés (1995) declarou claramente sua opção pela primeira alternativa desse dilema, principalmente tendo em vista a ampliação das oportunidades de inclusão social suposta pela “modernização” da sociedade. Assim, notou uma diferença de gênero na opção pela democracia, em todas as idades, sendo os homens 5% mais favoráveis que as mulheres – sem que houvesse um aumento correspondente na opção das mulheres pela ditadura, ou pela opção de indiferença (“tanto faz”). Ao correlacionar esses dados com aqueles sobre inserção ocupacional, constatou que as mulheres que participavam do mercado de trabalho declaravam em maior proporção que a média feminina uma opção pela democracia. Essa relação entre os dados levou-o a considerar o apoio feminino à democracia como resultado da “modernização” que tem conduzido as mulheres a atividades remuneradas.

A pesquisa de Moisés apresenta o grau de escolaridade dos entrevistados como principal determinante da escolha pela democracia, em 1993, sendo nisso seguido de

perto pelo nível de renda familiar. Na verdade, ele considera ambos indicadores relacionados com a “sofisticação política”⁴ dos entrevistados (tanto homens como mulheres) -- ou seja, sua capacidade para fazer escolhas políticas, seja pela democracia ou pela ditadura – concentrando-se os “não sofisticados” entre os indiferentes (“tanto faz”) e os que alegam desconhecimento (“Não sabe”). A ampliação da escolaridade e da renda familiar é vista assim como indicador principal da “modernização” social que possibilita a opção pela democracia.

Moisés também encontrou em 1993 uma relação positiva entre o apoio à democracia e a urbanização (o local de moradia dos entrevistados em cidades maiores), acrescentando esse indicador ao que denominou o “tripé da participação política”: educação, renda e ocupação. Vejamos agora como os dados levantados pela pesquisa de 2003 podem referir-se a esses requisitos da opção democrática, apresentados a partir dos dados levantados em 1993, com vistas a levantar hipóteses comparativas para a análise atual.

Com relação às diferenças de gênero, a pesquisa atual sobre a juventude encontrou também uma diferença de 5% a mais para os homens, que optam pela democracia, com relação ao número de mulheres que fazem o mesmo. Os dados da pesquisa também mostram que as mulheres jovens participam bem menos em atividades de trabalho remuneradas que os homens jovens entrevistados. Através dos dados do IBGE podemos saber se a participação feminina em formas remuneradas de trabalho continuou crescendo na última década, e neles qual é a inserção da juventude feminina. Comparando com as atitudes das mulheres nos dados desta pesquisa de 2003, poderemos saber então se há comprovação, ou não, da hipótese anterior, sobre a eventual “modernização” resultante dessa inserção. Caso não se comprove essa hipótese, precisamos buscar outra explicação para as diferenças de gênero no apoio à democracia.

Com relação a considerar escolarização e renda familiar como determinantes da opção pela democracia, os dados de 2003 à primeira vista pareceriam confirmar, em parte ao menos, a conclusão de Moisés sobre a importância da escolaridade para a opção democrática. Esta pesquisa de 2003 revela que 34% dos jovens escolarizados até o ensino fundamental apóiam o regime democrático, bem abaixo da média nacional da juventude, que é de 53% (Tabela 1). Sendo que 59% dos que atingiram o ensino médio, e

Mas antes de argumentar sobre as relações da juventude com a participação convencional e não-convencional, devemos voltar a uma questão que levantamos no início, sobre a opção não-democrática de cerca da metade da juventude, ao redor da tosca metáfora do “copo (ainda) vazio pela metade, ou (já, estavelmente) cheio pela metade”. Sugerimos então que Moisés apostou na primeira alternativa, mas vimos depois que os dados da pesquisa atual levantam dúvidas sobre a crença em um certo “automatismo” evolutivo dos efeitos da “modernização” no apoio à democracia. Pois bem, Rodrigo Baño é o sociólogo chileno que faz a aposta contrária à de Moisés.

Se metade dos jovens não apoia a democracia, como interpretar este fenômeno? Um primeiro passo deve testar se há diferenças entre os que apoiam uma ditadura, e outros que se declaram indiferentes (“Tanto faz”) ou manifestam desconhecimento (“Não sabe”). Dificulta muito a compreensão desse setor que não manifesta compromisso com a democracia, o fato de que ele é constituído por grupos heterogêneos, assumindo posições com conteúdos que podem ser muito diferentes. Já vimos acima a interpretação de Moisés (1995), que atribui ao processo de modernização da sociedade a capacidade de inclusão desses setores no apoio à democracia. Grande parte da literatura, até os anos 80, partilhava desse otimismo. Contudo, já notamos indícios também, no caso dos fatores gênero, escolaridade, renda e outros, de que a “modernização” – compreendida assim, em variáveis estruturais -- tem perdido parte de sua força explicativa para a adesão à democracia. Isto leva a crer que tenha perdido também capacidade de explicação para a falta de compromisso democrático.

Rodrigo Baño tem tratado desse tema na América Latina, desde um artigo sobre o apoliticismo na juventude chilena, que preparou com Enzo Faletto em 1992. Depois, ampliou o tratamento teórico-metodológico do tema (Baño, 1995), e iniciou uma pesquisa comparativa do Chile com o México e o Brasil (1997) sobre o mesmo fenômeno. O ponto de partida de sua contribuição é o de que o apoliticismo constatado no Chile após a restauração democrática, é qualitativamente diferente daquele que existia antes do regime militar — isso, apesar de que quantitativamente continuasse similar; ou seja, abrange até hoje uma porcentagem semelhante da população (ao redor de 30%).

Como diz Baño, (1997:14) na fase anterior ao golpe militar “o arquétipo da apatia política era a mulher idosa, de baixa renda e escolaridade”— uma vez que todas essas condições sociais (entre outras) eram correlativas a um alto índice de apoliticismo. Como

em outras partes, a expectativa era então que o processo de modernização (principalmente através do crescimento econômico e da distribuição da renda) faria desaparecer essas “categorias residuais” ou tradicionais (como os velhos, pobres e iletrados). Democracia e modernização progrediriam de “mãos dadas”, abrindo caminho à juventude mais educada, politizando os setores excluídos, e promovendo uma adesão crescente à democracia.

Baño constata que na nova situação de restauração do regime democrático no Chile dos anos 90, a exclusão ou marginalização sócio-política mudou de qualidade, inclusive quanto à sua dependência das variáveis demográficas e sócio-econômicas. Assim, a modernização da sociedade sob controle neoliberal deixou inclusive de exibir aquela pretensão evolucionista e econômico-determinista que detinha no passado. (p.16) As atitudes apolíticas atuais se nucleiam em uma “síndrome do homem-massa”, o qual segundo Baño, ostenta “uma pretensão contraditória de individualidade sem referente social, e uma identificação com os demais sem diferenciação crítica”. Ou seja, “o homem-massa, é uma categoria compreensiva da condição de alienação sócio-política, estabelecida por uma soma de atitudes inter-relacionadas”. Por exemplo: o homem-massa pensa que “é como todo mundo”, mas também “não quer saber dos demais”, pois acha que “só depende de si mesmo”. A sua expressão típica é: “Não quero saber de política, pois quando não trabalho, não como”. (Baño, 1997: 16)

Se essa síndrome do apoliticismo de massas contemporâneo emerge com o neoliberalismo, como Baño propõe, isso se poderia constatar analisando comparativamente os índices dessas atitudes inter-relacionadas, entre as populações de países com distintos níveis de penetração pelas políticas neoliberais. A Tabela 2 reproduz os indicadores usuais de apoliticismo, que Baño compara nos casos do Chile, Brasil e México, em 1993 – para a partir daí expor a sua contribuição.

TABELA 2 – Atitudes usuais de apoliticismo comparadas em 1993 (%)⁷

Atitudes	CHILE	BRASIL	MÉXICO
Nenhum interesse Pela política	30.8	31.2	24.3
Partidos não são necessários	28.3	63.8	47.4
Sem posição política	16.2	7.0	34.0
Sem proximidade aos partidos	21.4	41.5	21.8
Indiferente ao regime político (“Tanto faz”)	21.6	27.7	33.1

Média das cinco variáveis acima	23.66	34.22	32.12
Fonte: Baño, 1997	Fonte: Baño, 1997	Fonte: Moisés, 1995	Fonte: Durand, 1995

Os dados usuais de apoliticismo não apenas mostram distintos níveis de sua incidência entre os países, mas requerem também um tratamento estatístico com outros indicadores, de modo a conhecer as configurações diferenciais da síndrome do apoliticismo de massa (compondo o que o que Baño denominou INDIMASA). A Tabela 2 retrata o apoliticismo como sendo mais alto no Brasil, seguido de perto pelo México, com o Chile em último lugar. Mas, considerando o início das reformas neoliberais em cada país, sabemos que iniciaram no Chile já no final dos anos 70, seguidas no México nos anos 80, para só iniciarem no Brasil durante o governo Collor, em 1990.

Portanto, os dados da Tabela 2 apresentam uma mescla parcial de configurações atitudinais em cada país, que combinam o apoliticismo anterior ao neoliberalismo, com as novas tendências que se têm implantado gradualmente após as políticas neoliberais. Baño faz a análise multivariada dessas atitudes, incorporando também os indicadores adicionais do INDIMASA, chegando com isso a configurações mais homogêneas por país.⁸ Não é o caso de detalhar aqui esses resultados, mas ressaltar que eles confirmam a hipótese de que “tais atitudes não aparecem isoladamente, mas relacionadas entre si, numa síndrome atitudinal ou ‘ideologia’, que confere conteúdo ao apoliticismo”.(Ibid.)

As conclusões da análise do INDIMASA mudam totalmente os resultados apresentados na Tabela 2, mostrando agora o Chile com índice mais alto de apoliticismo que o México e o Brasil – e inclusive com maior associação às posições de marginalidade estrutural que nos outros dois países. Para Baño, essas correlações com as variáveis estruturais apresentando maior proximidade no Chile, confirmam a sua hipótese de que a origem do novo tipo de apoliticismo reside nas políticas neoliberais, há mais tempo implantadas naquele país. Inclusive, o perfil típico da marginalização apolítica já não é mais o das mulheres idosas, pobres e iletradas, mas perpassa todas as idades – embora ainda associado à baixa renda e escolarização.

Esses resultados também demonstram a insuficiência de exame do fenômeno apenas através das atitudes apolíticas convencionais apresentadas na Tabela 2. Não se trata mais apenas de um fenômeno quantitativo, que continua numericamente o mesmo de antes. Mas de uma mudança de qualidade ou ideologia, que introduziu uma auto-

anteriormente). E, sustenta também, que tem havido entre a juventude uma mudança qualitativa nas modalidades de participação política, das formas mais formalizadas e convencionais, para outras de caráter mais espontâneo, associativo e não-convencional.

É importante salientar logo de início, que os 15 países europeus estudados por ela não são apenas as democracias há longo tempo consolidadas (no caso, estas são sete: Inglaterra, Holanda, Suécia, Noruega, Finlândia, Irlanda e Suíça). A amostra inclui também quatro países mediterrâneos, de democratização mais recente (Espanha, Portugal, Grécia e Israel), além de outros quatro da Europa central (Hungria, Polônia, Eslováquia e República Checa), que apenas começaram a democratização no início dos anos 90. Isto sugere que, longe de representar apenas uma elite sócio-econômica e político-cultural da juventude mundial, a amostra estudada por Pippa Norris retrata tendências mais gerais da juventude, face às novas (e também às velhas) formas de política, que podem estar presentes em muitas partes do mundo (inclusive no Brasil). Com respeito à preferência da juventude pelas formas novas de participação política, uma das conclusões dos seus estudos é que:

Uma característica importante dos repertórios de ação (não-convencional) orientada tematicamente (“*cause-oriented*”) é que se amplia na política dos “estilos de vida”, a qual dissolve a distância entre o social e o político (...) Estes repertórios dedicam-se tanto à reforma legal e à influência dos processos decisórios (político-governamentais), como à mudança dos padrões sistemáticos de comportamento social (...) onde se torna controversa a linha divisória precisa entre o ‘público’ e o ‘privado’— como enfatiza há anos a literatura feminista (...) Portanto, em geral, o antigo foco nas ações da cidadania destinadas a influenciar as eleições, o governo, e os processos decisórios do Estado, parece hoje insuficiente, por excluir demasiado daquilo que é comumente entendido como ‘político’ em sentido amplo. (Norris, 2004:19).

Diagnósticos desse tipo não são novidade na literatura sobre movimentos sociais¹² – como a autora admite com relação ao feminismo – mas a sua novidade aqui reside no fato de que sintetiza uma análise rigorosa e empírica, no campo da cultura política, sobre dados representativos do conjunto da juventude desses 15 países europeus tão diversificados. No artigo de 2004, Pippa Norris afirma que apenas a metade dos jovens até 29 anos declara haver votado nas últimas eleições (enquanto 75% dos eleitores com mais de 30 anos participaram); que apenas 3% dos jovens eram filiados a partidos (havendo 8% filiados entre os com idade acima de trinta); que 41% dos jovens declararam-se próximos aos partidos (em comparação com 65% dos maiores de trinta); que entre os jovens há menos interesse pela política e confiança no governo, etc. Todos

– com relação às atitudes e alternativas de ação política e social, convencionais e não-convencionais – como é o caso na Europa.

Na verdade, essa análise não só é possível, como os dados agora disponíveis sobre a participação política da juventude brasileira revelam até, em alguns casos, índices aparentemente mais elevados que os alcançados entre os jovens da Europa. Como vemos a seguir, na Tabela 4, duas de cinco atitudes políticas significativas utilizadas pela pesquisa na Europa, encontra maior presença no Brasil (e uma das outras três é de magnitude idêntica à dos jovens europeus). E nos repertórios de ação política convencional e não-convencional, os jovens brasileiros alcançam índices superiores aos Europeus, em dois dos três indicadores de cada forma ou repertório de ação. Mas deve-se ressaltar enfaticamente, que será imprescindível um adequado processamento estatístico desses dados, para tornar possível uma interpretação do seu real significado.

TABELA 4 – Atitudes e Repertórios de Ação Política dos Jovens (%)

Atitudes Políticas	Europa 2002 (18-29 anos)	Brasil 2003 (15-24 anos)
Proximidade a partidos	54	47
Satisfação com o governo	51	64
Discute política “sempre”	10	10
Posicionamento esquerda/direita	32	59
Eficácia subjetiva (“influi na política”)	60	43
Repertórios de ação convencional		
Identificação partidária	6	47
Participa em campanhas eleitorais	5	16
Contacta autoridade ou político	16	12
Repertórios de ação não-convencional		
Assina manifestos	22	20
Participa de reuniões de movimentos sociais	4	14
Participa em manifestações públicas de protesto	6	13

Fonte: Norris, Pippa (2003;2004) e Pesquisa da Juventude (2003).

Para concluir esta discussão sobre a participação não-convencional, vamos considerar agora dados levantados em 2003 sobre os valores preferenciais da juventude brasileira, ao lado dos valores prioritários levantados em 2001, entre a juventude de Curitiba e Porto Alegre -- os quais já foram tratados em análise fatorial.(Krischke, 2004) É importante assinalar preliminarmente que a Tabela 5 não trata de cotejar todos os valores

priorizados (e nem mesmo os que obtiveram maior adesão) nas duas pesquisas, mas seleciona apenas alguns valores que foram incluídos nas duas pesquisas, e alcançaram correlações significativas com outras questões, na pesquisa de 2001. Além disso, como advertimos com relação às outras Tabelas, não se pode comparar diretamente os resultados das duas pesquisas, porque seus objetivos, públicos pesquisados e demais características técnicas, são inteiramente diferentes.

TABELA 5 - Prioridades de Valores entre a Juventude (%)

Ordem de Prioridade		BRASIL 2003	Curitiba 2001	Porto Alegre 2001	
3	Igualdade de oportunidade	46	53	62	"Igualdade"
5	Temor a Deus	44	28	10	
7	Dedicação ao trabalho	37	35	29	
8	Respeito ao meio ambiente	36	26	41	
9	Religiosidade	29	24	8	
10	Liberdade individual	27	32	46	"Liberdade"
12	Competência	23	35	34	
Fontes:	Pesquisa da Juventude	(15-24 anos)	(17-28 anos)	(17-28 anos)	Krischke, 2004.

Os valores pesquisados em 2001 nem sempre foram os mesmos da pesquisa de 2003, como é o caso de "Igualdade" e "Liberdade", que estão mais especificados na última pesquisa. Mas na pesquisa em Curitiba e Porto Alegre, esses mesmos valores, e mais o "Respeito ao meio ambiente" tiveram bem maior adesão na última cidade (e não apenas entre os jovens). Enquanto outros valores, como "Temor a Deus" e "Religiosidade" tiveram muito mais adesão em Curitiba que em Porto Alegre, e "Dedicação ao trabalho" também obteve um pouco mais de adesão em Curitiba. O valor da "Competência" foi o único que obteve quase idêntica adesão nas duas cidades.

Sabemos que Curitiba e Porto Alegre são capitais que apresentam índices demográficos semelhantes, de desenvolvimento sócio-econômico, orçamento municipal, industrialização, urbanização -- e do famoso "tripé da modernização" (ocupação, escolaridade, e renda). Mas há mais de dez anos as administrações municipais dessas duas capitais têm sido conduzidas por partidos políticos de orientações opostas no cenário político nacional (em Porto Alegre o PT, e em Curitiba o PFL ou seus aliados no pólo conservador/liberal do espectro ideológico). Ao levantar os contrastes entre os

valores em cada cidade (conforme a Tabela 5, especificamente sobre a juventude), tratamos de correlacioná-los com outros dados sobre a atividade política dos entrevistados, e logramos estabelecer perfis bastante nítidos dos eleitores em ambas as cidades. (Ver nota 13, a seguir)

No caso da juventude, pudemos constatar que há tanto semelhanças como diferenças. Quanto às semelhanças, os jovens partilham uma demanda por competência, associada à condução do desenvolvimento e da estabilidade econômica, como objetivo prioritário para o país. Isto está claramente associado também à busca dos jovens por novas oportunidades de emprego, durante o tempo livre disponível, e à escolha do valor “Dedicação ao trabalho”. Outras semelhanças incluem: os valores do “Prazer”, da “Auto-realização”, “Alegria”, e do “Respeito ao Meio Ambiente” associados ao emprego eventual do tempo livre em “Lazer e relações afetivas” – sendo o valor Meio Ambiente também, como seria de esperar, mais fortemente associado às atividades eventuais de “Defesa do Meio Ambiente”, no uso desejável do tempo livre. Outra opção significativa dos jovens das duas cidades no uso do tempo livre, é a de ocupá-lo em “Atividades políticas” – escolha feita principalmente por aqueles que reconhecem em outras questões a preferência pela democracia, e a “Importância da política” em suas vidas.

Mas há também diferenças entre as atitudes dos jovens das duas cidades. Por exemplo, em Curitiba, a opção no tempo livre por “Atividades assistenciais” é importante para aqueles que escolheram os valores “Religiosidade” ou “Temor a Deus” – que não alcança significação em Porto Alegre. Por sua vez, a seleção de “Atividades políticas” como opção de tempo livre em Curitiba, relaciona-se à escolha do valor da “Liberdade” — sendo que esta última escolha também se relaciona à opção pela Democracia, na preferência por regime político. Em Curitiba houve também uma correlação significativa entre a escolha do valor “Desenvolvimento econômico”, e a ênfase na “Maior participação da população nas decisões importantes de governo”, como alternativa entre os principais objetivos do país. Em Porto Alegre essa correlação não foi encontrada, e o valor do “Desenvolvimento Econômico” apareceu associado ao reconhecimento da “Importância da política” e da tolerância social e política (reconhecimento do direito à diferença)

Como podemos apreciar, as correlações entre as opções de valores e outros indicadores de adesão eventual — por exemplo: utilização desejável do tempo livre, ou de que “gostaria de participar” mesmo quando ainda não participa de determinadas atividades

É por isso que os testes sobre valores prioritários, e suas relações com o associativismo, e as alternativas que os jovens buscam, e às vezes realizam, no seu ambiente (e no espaço público em que atuam) será tão fundamental para avaliar também as suas opções políticas. Pois o extraordinário otimismo – pessoal, social e político --dos jovens pode bem chegar a realizar-se, pelo menos em parte. E é possível verificar se ele fundamenta uma mudança de valores com o restante da sociedade (mesmo que num plano momentâneo e localizado) — não sendo então, apenas, mais uma vez, um ciclo de protesto e euforia, que depois recaia na cinzenta apatia da resignação.

Artigo entregue em 30 de Setembro de 2004.

Aceito em 20 de Outubro de 2004.



inter THESIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAÑO, R. ; FALETTO, E. (1992). *El apoliticismo: El factor generacional*. FLACSO - Chile, Série Estudios Políticos, 25
- BAÑO, R. (1995). *El nuevo carácter del apoliticismo*, FLACSO-Chile, Serie Estudios Políticos, 33.
- BAÑO, R. (1997). *Apatía y sociedad de masas en la democracia chilena actual*. FLACSO - Chile, Nueva Série.
- BAÑO, R. (2000). Debates: Desafios da ecologia e da juventude para o novo século. In: KRISCHKE, P. (Org.). *Ecología, Juventude, e Cultura Política*. Florianópolis: EDUFSC.
- DALTON, Russell J. (1984). Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial societies. *Journal of Politics*, 46 (1): 264-284.
- DURAND PONTE, V. M. (1995). *La Construcción de la Democracia en México*. México: Siglo XXI.
- ECHEGARAY, F. (1996). Atitudes da classe trabalhadora e democracia no Brasil. *Opinião Pública*. 4 (1) : 23-32.
- EDMUNDS, J.TURNER, B. (2002). *Generations, Culture, and Society*. Londres: Open University Press.
- INGLEHART, R. (1997). *Modernization and Post modernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. New Jersey: Princeton University Press.
- KRISCHKE, P. (1994). Resenha de Os Brasileiros e a Democracia. *Planejamento e Políticas Públicas*. nº11: pp. 297-304.
- KRISCHKE, P. (1997). Cultura política e escolha racional na América Latina: Interfaces nos estudos da democratização, BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*. nº 43: pp.103-126.
- KRISCHKE, P. (2000). Juventude e socialização no sul do Brasil. In: KRISCHKE, P. (Org.) *Juventude, Ecologia e Cultura Política*.
- KRISCHKE, P. (2004). Cultura política: Convergências e diferenças em Porto Alegre e Curitiba, *Revista de Ciências Humanas*. nº 35, UFSC. (No prelo)
- MESQUITA, M. R. (2001). *Juventude e movimento estudantil. O 'velho' e o 'novo' na militância*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política) UFSC
- MOISÉS, J. A. (1995). *Os Brasileiros e a Democracia. Bases Sociais da Legitimidade Democrática*. São Paulo: Ática.
- MOREIRA, C. (2000)a. La Izquierda en Uruguay y Brasil: Cultura Política y Desarrollo Político-Partidario. In: MALLO, S. e MOREIRA, C. *La Larga Espera: Itinerarios de la Izquierda en Argentina, Brasil y Uruguay*, Montevideo: Banda Oriental.
- MOREIRA, C. (2000)b. Cultura política no Uruguai ao final do século: A democracia dos inconformados. In: KRISCHKE, P. (Org.) *Juventude, Ecologia, e Cultura Política*.

NEUMAN, R.W. (1986). *The Paradox of Mass Politics*. Boston MA: Harvard University Press.

NORRIS, P. (2003). Young people and political activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice? *Report for the Council of Europe Symposium*. Disponível em: <http://www.pippanorris.com>

NORRIS, P. (2004). The evolution of election campaigns: Eroding political engagement? *Conference on Political Communications in the 21st. Century*. Disponível em <http://www.pippanorris.com>

REIS, F. W. (2002). Sociologia política, ciência política e escolha racional. *Política e Sociedade*, 1: pp. 37-56.

SINGER, A. (2000). *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: EDUSP.

* Professor do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

¹ Baño, Rodrigo, 2000: 171-173

² Os dados de 1989 e 1993 foram colhidos em pesquisas representativas do total da população, de modo que a amostra da juventude representada na Tabela 1 para esses anos foi muito menor que a entrevistada na pesquisa de 2003. Mas sem pretender uma comparação rigorosa, a Tabela indica tendências gerais para a formulação de hipóteses.

³ É claro que se examinarmos os dados sobre essa questão levantados anualmente pelo “Latinobarômetro” entre todos os países da América Latina desde 1996, constatamos uma constante oscilação circunstancial nas preferências da população em geral. Sendo que, no caso do Brasil, esse índice de preferência pela democracia cai geralmente abaixo da média do continente, por exemplo, por volta dos 30 ou 40 por cento. Essas oscilações resultam das circunstâncias do momento, e das deficiências e limites na formulação da questão, já mencionados acima.

⁴ Esta escala correlaciona indicadores usuais sobre cultura política e acesso a recursos sócio-econômicos, ao redor de critérios sobre sofisticação cognitiva – tais como capacidade para mobilizar informações, a importância atribuída à política pelos entrevistados, e sua capacidade para conceituar a vida política (ex.: distinção “esquerda/direita”, etc)..

⁵ A Folha de São Paulo (09/05/04) incluiu uma matéria sobre os efeitos positivos das políticas municipais que combatem a exclusão social na Região Leste dessa cidade. A mesma edição do jornal publicou um artigo do sociólogo francês Alain Touraine, onde se lê: “A grande meta que o Brasil deve perseguir é a da reconstrução – material, econômica e cultural – de uma parte das grandes cidades, e, mais precisamente, das duas maiores metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, onde milhões de habitantes vivem em condições precárias e inaceitáveis...A revitalização de uma grande parte das principais metrópoles deve ser uma meta federal...para realizar reformas dessa magnitude”,

⁶ Sobre isto ver Krischke, 1994; 1997; Echegaray, 1996.

⁷ Os dados desta Tabela 2 referem-se a amostras da população total desses países.

⁸ O INDIMASA analisa a síndrome do “homem-massa”, nas três dimensões seguintes, com suas respectivas variáveis: 1) O individualismo asocial exacerbado, através do desinteresse pela política, e pelo primado do doméstico sobre a vida social em geral. 2) Marginalidade face à condução da sociedade, em sentido político amplo, retratada pela ausência de posicionamento político e indiferença frente ao regime. 3) Recusa

explícita à representação e organização coletiva de interesses, com os partidos políticos considerados inúteis ou prejudiciais, etc.

⁹ Ver Inglehart, Ronald, 1997. Tratei deste tema em Krischke, 2000 e 2004. Outro autor que abordou o tema de forma mais eficaz foi Dalton, Russell, 1984.

¹⁰ Ver parte desse importante debate em Singer, 2000; Reis, 2003.

¹¹ Por exemplo, no caso do Uruguai, Moreira (2000b) encontrou uma explicação para incongruências desse tipo, nos termos de uma menor integração socioeconômica e político-cultural dos jovens e das mulheres – conduzindo a uma maior desafeição e desconfiança da política apesar do elevado conhecimento e identificação política do eleitorado.

¹² Ver a tese de Mesquita (2001) sobre mudanças desse tipo no movimento estudantil brasileiro.

¹³ Foram usados os testes “Cluster Analysis” e “Multidimensional Scaling”, examinando detidamente as diversidades regionais. As conclusões a que chegamos são: 1) Curitibanos e porto-alegrenses convergem suas preferências de valores ao redor da justiça, liberdade, desenvolvimento e igualdade, embora os primeiros apontem a disciplina e os segundos o respeito ao meio ambiente, respectivamente, como seu quinto valor prioritário. 2) No caso de Curitiba há uma ênfase no cidadão como portador de direitos e obrigações, em contraste com a ênfase no “outro social”, tendencialmente reconhecido em Porto Alegre como participante de um projeto coletivo. 3) Essas ênfases contrastantes podem ser vistas como duas faces complementares do exercício da cidadania, que enfatizam seja o acatamento individual da lei, seja a sua fundamentação e aperfeiçoamento argumentativo, na participação coletiva da esfera pública. 4) Há uma ênfase significativa no pluralismo político-ideológico, principalmente nas atitudes de apego à tolerância e na disposição ao associativismo da juventude.

